

I. À PORTA DESTE CASTELO...

A primeira grande pesquisa documental sobre a evolução do sítio do castelo de Cascais foi levada a efeito por Guilherme Cardoso e João Cabral¹. Houve, em 1992, necessidade de proceder a obras de conservação numa das casas contíguas ao que restava do pano da muralha norte, na Rua Marques Leal Pancada; aproveitou-se, pois, o ensejo para proceder a sondagens arqueológicas prévias, que permitissem trazer luz sobre a curiosidade ainda em aberto. Das conclusões a que puderam chegar deram conta os referidos arqueólogos no nº 12 (1996) do *Arquivo de Cascais* (p. 127-145), no artigo «Escavações arqueológicas junto à torre-porta do castelo de Cascais».

A gravura

Não há dúvida, porém, que a primeira imagem que habitualmente temos das Cascais antiga é a que Jorge Braun e Francisco Hogenbergius incluíram num livro, escrito em latim, como era de norma nessa época para a literatura de índole científica, intitulado «*Civitates Orbis Terrarum*», ou seja, «Terras do Orbe Terráqueo», impresso em 1572,

¹ In *Arquivo de Cascais*, nº 7, 1988, p. 77-90, sob o título «Apontamentos sobre os vestígios depois antigo castelo de Cascais». Pode, ainda, ler-se o que sobre o castelo já escrevi em *Cascais e os Seus Cantinhos*, p. 201-204. Guilherme Cardoso preparou, no Outono de 2003, na Assembleia Distrital de Lisboa, uma retrospectiva sobre o castelo e Maria de Lurdes Nieuwendam apresentou, a 19-09-2003, nas Jornadas do Património de Cascais, a comunicação «As cetárias sob o Castelo – a inacessibilidade deste património histórico/arqueológico». Tive ocasião de publicar uma primeira nota sobre o castelo em *Cascais e os Seus Cantinhos*, p. 201-204.

onde se identifica Cascais com uma palavra alatinada «Cascale»², acrescentando-se que se trata de «Lusitaniae opp(idum)», isto é, 'fortaleza da Lusitânia'.

Diremos, para já, que não é estranha a identificação de Portugal com a Lusitânia dos Romanos, pois que esse era o hábito em tempos renascentistas, numa tentativa de se ligarem os países a regiões célebres na Antiguidade Clássica. Mais estranho será, contudo, pensar porque é que tão minúsculo castelo mereceu a atenção dos autores, de molde a merecer essa honra de figurar em tão insigne rol de «civitates».

O vocábulo latino «civitates», ainda que seja a raiz etimológica da palavra «cidades», não corresponde necessariamente ao que hoje chamamos de «cidade» no sentido jurídico-administrativo do termo. Uma *civitas*, ao tempo dos Romanos, era uma povoação, um aglomerado populacional de certa monta, independentemente da sua categoria administrativa; e os seus habitantes eram os «cives», os «cidadãos». Ainda hoje, aliás, podemos proclamar alguém «cidadão honorário» de Cascais, sem que isso implique a atribuição a Cascais da categoria de cidade.



2 Não seria preciso recorrer a esta forma para sustentar que se deve preferir a forma cascalense a cascaense. Qualquer que seja a razão por que se deu a Cascais este nome, ele constitui, sem dúvida, o plural de «cascal», como Juncais o é de juncal e Funchais de funchal; portanto, o 'l' deve manter-se.

As razões da importância

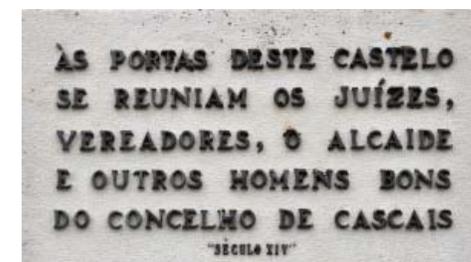
E terão sido, sem dúvida, razões de ordem militar e estratégica aquelas que, desde os primórdios da nacionalidade portuguesa, deram importância ao castelo de Cascais, nomeadamente como «sentinela da barra do Tejo», o primeiro reduto a atacar por quem quisesse apoderar-se de Lisboa.

A essas ousaria eu acrescentar uma outra, de ordem «histórica», digamos assim. É que, como as referidas sondagens arqueológicas demonstraram, o local foi ocupado pelos Romanos, que aí tiveram residências e produção de preparados piscícolas, designadamente para condimento alimentar, o tão apreciado «garum». Se acrescentarmos a isso o facto de, na baía, desaguar então ampla ribeira e, nas margens dessa ribeira, haver vestígios da ocupação humana desde os mais remotos tempos da Pré-História³, teremos que concordar que, em tais circunstâncias, Cascais não poderia ter passado despercebido.



O castelo

Desse primitivo castelo – que ocuparia toda a plataforma desde a igreja matriz até ao mar e, no sentido norte-sul, desde a Rua M. Leal Pancada (dantes, Calçada da Assunção) até à Av. D. Carlos I – apenas está visível um pano de muralha, que abre, na continuidade da



3 Cf., de Victor S. GONÇALVES, *As Ocupações Pré-Históricas das Furnas do Poço Velho*, Câmara Municipal de Cascais, 2009.



subida, numa porta em arco de volta perfeita.

Mas, na verdade, tanto essa muralha como a porta corresponderão já, naturalmente, a reformulações exigidas pelas necessidades dos tempos

Um desejo de 1934

Assim, não deixa de ser sintomático verificar que, na reunião de 14 de Novembro de 1934, da Comissão de Propaganda de Cascais, ter sido «lida uma carta de D. Eugénia Araújo Pancada, proprietária do prédio em obras na Calçada da Assumpção, onde existem umas ruínas do antigo castelo de Cascais, em que nos comunica ser sua intenção não alterar os vestígios das antigas ameias».

O manuscrito sofreu com a humidade, que tornou ilegíveis aí umas três palavras a seguir, que diriam da forma como a Comissão teria acolhido («apreciado»?) essa informação. Regista-se, porém, a expressão «com agrado».

A população sentia que «propaganda» duma terra há-de necessariamente passar pela preservação dos seus monumentos mais significativos. Construam-se hotéis; pense-se num teatro municipal; mas há que preservar também aquilo que nos é peculiar!

Vale, pois, a pena saber o que a Comissão decidiu. Foi «resolvido agradecer e, por proposta do Sr. Ventura Abrantes, que esta senhora, depois da obra concluída, mande colocar uma legenda nas referidas ameias, para que o público tome conhecimento do que representam».

Não sabemos se o desiderato foi cumprido; mas deve salientar-se a sensibilidade de D. Eugénia Araújo Pancada, que assim permitiu – sem que nenhuma postura a isso a tivesse obrigado – a manutenção de uns ‘restos’ do nosso passado, hoje classificados.



Uma torre a noroeste

O mesmo não aconteceu, porém, com outros vestígios e, nesse aspecto, uma observação cuidada da louvável sequência de fotos apresentadas por G. Cardoso e João Cabral é deveras significativa.

O Palácio dos Castros, Marqueses de Cascais, construído no canto sudeste do recinto amuralhado, já era ruína em 1899/1901, mostrando as fotos que na sua construção haviam sido aproveitados panos da muralha antiga. Um muro de pedra solta, que ia até à R. Tenente Valadim, delimitava essas ruínas até à R. Luís Xavier Palmeirim.

Ora acontece que, em foto tirada, em 1898, pelo Visconde de Coruche, a partir do largo da igreja matriz, se vê perfeitamente, no topo da Calçada de Nossa Senhora da Assunção, uma torre circular.

Um apelo de 1917...

Sobre ela escreveu Félix Alves Pereira no jornal *A Nossa Terra* (Novembro de 1917):

«Dos vestígios da antiguidade existentes dentro da vila de Cascais não me ocupei ainda especialmente. Contudo, eles existem e são dignos de protecção e conservação. Lembrarei apenas que uma das torres cilíndricas da primeira fortificação de Cascais pareceu-me existir ainda, mas lamentavelmente mascarada de branco! Seria para desejar que a sua alvenaria fosse posta a descoberto e assim respeitosa e bem perto vê-se uma interessantíssima morada do séc. XVI. É um monumento que o município devia chamar seu e poderia ser talvez aplicado à guarda e exposição das antiguidades concelhias».

... que caiu em saco roto!

Na década de 40, João da Cruz Viegas ainda fotografa a torre quase incorporada em construções. Em Maio de 1962, D. António de Castelo Branco volta a identificar esses vestígios, no momento em que se procede a demolições de prédios anexos, mas já não consegue sustentar a sua destruição.

E a foto que mostra três meninas a ela encostadas, como que a quererem proclamar que a não vão deixar cair, é, simultaneamente, ternura e grito de alerta – um passado que se destrói perante os olhares ainda inocentes de quem tem um futuro a viver. Mas aquele passado físico futuro deixou de ter!...

1 e 8.10.2003